

ICMBio

Edição 499 - Ano 11 - 21 de dezembro de 2018

em foco

2010 RETROSPECTIVA

PÁGINA 4



Resex do Corumbau recebe evento NegroÍndio

Michael Almeida



Resgate da cultura e da história da população nativa da região marcaram o evento

A comunidade de Cumuruxatiba, localizada na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (BA), foi palco do evento 'Consciência NegroÍndio'. Durante três dias, em novembro, moradores tiveram a oportunidade de participar de oficinas e conversas que buscaram resgatar a cultura e reafirmar a história da população nativa da região.

Cerca de 200 pessoas, nativos e de comunidades vizinhas, reviveram os seus ancestrais por meio de diálogos que proporcionaram trocas de experiências e resgate histórico. As mudanças ambientais no território e seus impactos sobre a vida do nativo foi um dos temas das rodas de conversas. Também havia um espaço reservado para a população feminina, que, durante palestra, falou sobre o protagonismo das mulheres na construção do



bem-viver, da memória cultural, sustentabilidade e saúde nas comunidades tradicionais negras, indígenas e caboclas.

Segundo Flávia Rossi, chefe substituta da Resex, o evento foi um desdobramento da Oficina de Mapeamento Comunitário que aconteceu na unidade de agosto a outubro. "A comunidade de Cumuruxatiba sentiu a necessidade de saber mais sobre a memória dos seus ancestrais e de seu contexto histórico logo após a realização de uma oficina de mapeamento na região", destaca.

As oficinas proporcionaram aproximação e interação entre as pessoas ao ensinar o vocabulário Pataxó e destacar o significado do



grafismo indígena, com pinturas e escritas corporais. Também aconteceram exposições fotográficas, manifestações culturais com bandas e comidas típicas.

Dandara Fernanda, voluntária da Resex e organizadora do evento, relata que a ideia central do NegroÍndio "é trazer os anciãos para uma roda de conserva, falar do Brincar de Índio, relembrar as memoráveis festas de São Sebastião, o Boi de Janeiro, Sapateado e mostrar a cultura e a culinária indígena Pataxó, além de contar histórias de mulheres que foram exemplos de luta e resistência na comunidade".

Publicados planos de prevenção do coral-sol e mexilhão-dourado

Léo Francini

As espécies exóticas invasoras coral-sol (*Tubastraea coccinea* e *Tubastraea tagusensis*) e mexilhão-dourado (*Limnoperna fortunei*) contam agora com planos específicos de prevenção, controle e monitoramento. Os documentos foram aprovados e publicados na última semana, no Diário Oficial da União, pelo Ibama.

Os planos são instrumentos previstos na Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras, instituída pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Eles foram construídos de forma participativa e articulada, em uma ação conjunta do MMA e Ibama, com objetivos definidos em escala temporal. Nacionalmente, apenas três planos com este intuito foram elaborados, sendo dois deles publicados agora.

CORAL-SOL

As duas espécies de coral-sol originárias dos oceanos Pacífico e Índico foram introduzidas na costa atlântica brasileira por bioincrustação. O sucesso de estabelecimento do coral-sol aliado a sua forte capacidade competitiva e de alteração do ambiente tornam a espécie uma grande ameaça aos ecossistemas marinhos. Atualmente, há registro confirmado em 11 unidades de conservação (UCs) federais.

Em março, ocorreu a oficina para elaboração do Plano Coral-sol. O documento conta com 57 ações, a serem implementadas em cinco anos, visando atingir nove objetivos específicos dentro das temáticas comunicação, arcabouço legal, prevenção, controle, erradicação, monitoramento, pesquisa e capacitação. Seu objetivo geral é prevenir a introdução do coral-sol em áreas sem ocorrência, erradicar novos focos, controlar e conter a invasão, preferencialmente em áreas prioritárias para ações definidas no plano.

Na oficina, o ICMBio foi representado pelos servidores do Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC), Estação Ecológica de Ta-

moios, Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, NGI Alcatrazes, Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Além disso, representantes da Coordenação de Identificação e Planejamento de Ações para a Conservação (Copan) auxiliaram na moderação da oficina.

MEXILHÃO-DOURADO

O mexilhão-dourado é uma espécie asiática que foi introduzida na América do Sul via águas de lastro em embarcações. Por formar grandes aglomerados incrustantes e ser altamente tolerante a diversos fatores ambientais, a espécie se estabeleceu bem em bacias hidrográficas brasileiras, alterando a estrutura dos ecossistemas e causando impactos à biodiversidade aquática local. Sabe-se da ocorrência do mexilhão-dourado em nove UCs federais.

A oficina para elaboração do Plano Mexilhão-Dourado foi realizada em dezembro de 2017. A iniciativa resultou em um plano com 42 ações, visando atingir seis objetivos específicos, com foco especial em prevenir a invasão em novas áreas, mas também abordando temas como geração de conhecimento, divulgação de informações, monitoramento, arcabouço legal e controle. O objetivo geral do plano, a ser atingindo em cinco anos, é prevenir a dispersão do mexilhão-dourado em áreas não invadidas, bem como conter e controlar as populações nos locais já invadidos.

Além da participação do CBC em todas as etapas do plano, a oficina também contou com apoio do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN) na moderação.

As portarias que publicam os dois planos de prevenção, controle e monitoramento podem ser acessadas em <https://bit.ly/2Lh16Va> e <https://bit.ly/2CaVkl0>. Os documentos que instituem os grupos de assessoramento técnico estão disponíveis em <https://bit.ly/2zVlx4C> e <https://bit.ly/2C8RrNI>.

2010 RETROSPECTIVA

Novas unidades de conservação, dobrando a área protegida no País; aprovação de uma lei que permitiu alavancar a concessão de serviços de uso público, contratar brigadistas por mais tempo e ainda criar o Fundo de Compensação Ambiental; espécies da fauna que melhoraram sua avaliação; mais famílias beneficiárias; novas áreas regularizadas. Este ano foi marcado por conquistas que deixarão marcas importantes para a conservação da biodiversidade no País. A cada período, a instituição vê sua força na conservação da biodiversidade brasileira, sabendo que os desafios que teremos pela frente vão demandar a mesma garra e capacidade de realização.

Neste ano, o Brasil passou de 1,5% de áreas marinhas protegidas para 25% com os archi-



Anderson Souza

pélagos São Pedro e São Paulo e o de Trindade e Martim Vaz. Foi um avanço que permitiu ao país cumprir com folga a Meta 11 de Aichi, que prevê a proteção de 17% das áreas marinhas e costeiras de cada signatário até 2020. As espécies ameaçadas ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) e onça-pintada (*Panthera onca*) também ganharam mais uma esperança de conservação com a criação de unidades da Caatinga.

Além disso, mais de 13 mil famílias foram beneficiadas com quatro reservas extrativistas. Com as últimas criações, 12 áreas protegidas passaram a proteger mais 92 milhões de hectares, totalizando 335 unidades de conservação federais, quase 60% delas com plano de manejo. Na criação do ICMBio, esse número era de apenas 27%. Além disso, não podemos esquecer



das reservas particulares do patrimônio natural, que chegaram à marca de 686, com 15 unidades criadas em 2018, protegendo mais de 500 mil hectares.

Para aproximar sociedade e meio ambiente, a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade, ou Rede Trilhas, foi criada e prevê quatro grandes corredores naturais sinalizados com uma pegada amarela sobre uma base preta, indicando o sentido a ser percorrido. Pelo menos 1,9 mil quilômetros já estão prontos, e a meta é estruturar 18 mil quilômetros em 20 anos, com estimativa de movimentar 2 milhões de pessoas por ano.

Fernando Tatagiba



Novos serviços de concessão também estão buscando a melhoria da experiência do visitante. Nos parques nacionais do Pau Brasil (BA) e da Chapada dos Veadeiros (GO), as empresas vencedoras já foram conhecidas. Mas a iniciativa continua, em outras etapas, no Iguaçu (PR), em Itatiaia (MG/RJ), no Caparaó (MG/ES), na Serra da Bodoquena (MS), nos Lençóis Maranhenses (MA), em Jericoacoara (CE) e na Floresta Nacional de Canela (RS).

Para o desafio de gerir as unidades, a promulgação da Lei 13.668/18 e a posterior criação do Fundo de Compensação Ambiental surgiu como mais uma alternativa no aporte de recursos nas

UCs. Com a recente publicação da portaria que define as normas para o fundo ambiental, a perspectiva é de início dos aportes de recursos pelos empreendedores a partir de 2019.

A participação social também apresentou grandes avanços. Cerca de 7 mil pessoas foram cadastradas para atuação no Programa de Voluntariado, em diversas ações do ICMBio por todo o Brasil, em temáticas como monitoramento, uso público, comunicação, produção e uso sustentável. Hoje, são mais de 200 unidades organizacionais formalmente aderidas ao programa.

Além disso, chegou-se à marca de 284 unidades de conservação com conselhos gestores instituídos e, nas ações socioambientais, o ICMBio tem aproximadamente 60 mil famílias beneficiárias cadastradas no Sistema de Informações das Famílias em Unidades de Conservação Federais, o SISFamílias. As

informações reunidas na ferramenta fornecem subsídios para a proposição e a implementação de políticas públicas.

Por outro lado, para colaborar com a realização de pesquisas científicas, o Sisbio autorizou cerca de 3.500 pesquisas, sendo quase a metade delas em UCs federais. Também tiveram início 24 projetos apoiados pelo CNPq em 19 unidades da Mata Atlântica e Caatinga, que receberam o apoio de R\$ 4 milhões oriundos de compensação ambiental. Diferentemente das demandas espontâneas recepcionadas pelo Sisbio, tais projetos contemplam linhas de pesquisa consideradas chave para alavan-



car as estratégias de conservação conduzidas pelo ICMBio.

Tais linhas de pesquisa encontram-se publicadas no Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento* (PEP), lançado durante o X Seminário de Pesquisa e Encontro de Iniciação Científica, quando também foi lançada uma nova versão do Sisbio, mais moderna, funcional e amigável para pesquisadores e gestores. Quase fechando o ano, foi publicada a IN 18/2018, que regulamenta a celebração de acordo com fundações de apoio, que poderão apoiar ou executar projetos nas áreas de pesquisa, extensão, ensino, desenvolvimento científico, tecnológico e institucional. Trata-se de uma grande conquista para a geração de conhecimento aplicado à gestão das áreas protegidas e proteção e manejo de espécies ameaçadas.

Neste ano, também pudemos verificar os resultados alcançados nos trabalhos de prevenção e combate ao fogo, com a diminuição da área queimada. Na série histórica do ICMBio, apenas em 2013 houve algo semelhante, com 615 mil hectares de áreas queimadas.

Na proteção ambiental, diversas ações de fiscalização foram realizadas e a Operação Integração se destacou com um esforço institucional no combate ao desmatamento na Amazônia. Também foram lançados o progra-

ma de capacitação em fiscalização, que define ações até 2023; o Plano de Fiscalização Simplificado, novo instrumento de gestão para as UCS; e o projeto para utilização de drones, que iniciou testes nos diferentes biomas. Em 11 oficinas regionais, gestores de todas as unidades elaboraram o planejamento de fiscalização para 2019.

O Programa Monitora também avançou na sua implementação. Ao todo, 89 UCs estão realizando o monitoramento de algum dos componentes do monitoramento. Destaca-se o início do monitoramento de manguezais no Subprograma Marinho Costeiro, de áreas alagáveis e igarapés no Subprograma Aquático Continental e da seleção de indicadores e elaboração de protocolos para o monitoramento em ambientes campestres e savânicos no Subprograma Terrestre. Tudo isso em uma grande parceria entre a sede, os centros de pesquisa, as unidades e parceiros.

Neste ano, foram regularizados 41 mil hectares em UCs de todo o País. Desse total, 27,4 mil hectares ocorreram pela modalidade de doação por compensação de reserva legal em 11 unidades de conservação na Mata Atlântica, Cerrado e Amazônia. O número é um marco para o ICMBio já que representa 45% de toda a área recebida pelo órgão nesta modalidade de regularização fundiária desde 2009. Entre os imóveis desapropriados, dois serão

utilizados como sede de unidades, um como base de apoio à pesquisa e outro como centro de visitante.

As espécies da fauna ameaçadas de extinção ganharam uma nova edição do Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, cuja elaboração envolveu a avaliação de 12.254 espécies, sendo 1.173 classificadas

em algum grau de ameaça. Treze PANs foram lançados e outros sete aguardam publicação oficial. Este esforço acrescenta 135 espécies ameaçadas de extinção que ainda não possuíam outra estratégia de conservação oficial. No cenário atual, 67% das espécies ameaçadas estão contempladas em 45 PANs.

Entre outras realizações, foi lançado o livro do Plano de Redução de Impactos à Biodiversidade (PRIM), formalizado um acordo de cooperação com a Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil (AZAB) para manejo e reprodução de 25 espécies ameaçadas de extinção e

oficializada a parceria para implementar a “Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção”, o GEF Pró-espécies.

Além das grandes conquistas do ICMBio, seria impossível mencionar cada uma das milhares de ações promovidas Brasil afora durante o ano de 2018. Manejo de espécies exóticas; valorização e troca de saberes populares; capacitações de parceiros; assinaturas de termos de compromisso em áreas de sobreposição; atividades de educação ambiental; contato com moradores; ações no entorno.

Tivemos outras grandes realizações, porém não foram aqui apresentadas porque certamente não haveria espaço suficiente. A todos nós, envolvidos diretamente ou indiretamente, parabéns por todo esforço e dedicação! O ano que se aproxima não será fácil, assim como os outros não foram, mas que o entusiasmo e a vontade de seguir adiante permaneçam! Feliz 2019!



Conheça o PAC 2019!

O Plano Anual de Capacitação (PAC) 2019 foi publicado. Desta vez, o documento foi elaborado com base nos relatórios que mapearam as lacunas de competências gerenciais, técnicas e transversais dos servidores do ICMBio e a partir delas foram propostas diversas soluções educacionais para atendê-las.

Mais de 1.309 servidores, o equivalente a 74% do quadro, responderam, nos meses de novembro e dezembro, o questionário avaliativo que resultou nesses relatórios. Com essas informações, o Comitê Gestor de Capacitação reuniu-se no dia 13 de dezembro para estruturar o PAC 2019. Foram analisadas as prioridades apontadas pelos servidores nas principais lacunas de competências transversais, gerenciais e técnicas, resultado da maior quantidade de servidores com alta lacuna.

A partir dessas informações e baseado na previsão orçamentária prevista, aproximadamente R\$ 4 milhões para capacitações em 2019, o comitê conseguiu que o PAC representasse de maneira significativa esses resultados, compos-

to por 94 eventos de capacitação, 10 competências gerenciais, 19 competências técnicas e 4 competências transversais. Além disso, estão previstas mais de 5.000 vagas entre cursos presenciais, semipresenciais e a distância.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO 2019-2022

Para aqueles servidores interessados em participar de programas de pós-graduação, é importante conhecer os critérios estabelecidos pela Portaria nº 1.127/2018. O documento estabelece critérios e quantitativos de vagas relativos à participação de servidores do ICMBio em programas de pós-graduação no Brasil e no exterior, com ou sem afastamento, nos exercícios de 2019 a 2022. A portaria também estabelece os principais temas considerados estratégicos para as diretorias do ICMBio.

Mais informações sobre o PAC 2019 e a portaria de participação em programas de pós-graduação estão disponíveis na página da Educação Corporativa na Rede ICMBio ou em ava.icmbio.gov.br.



Relatórios do mapeamento de competências foram a base para elaboração do PAC. Na imagem, oficina realizada em setembro

Alcatrazes inicia atividades de visitação pública

Cristian Dimitrius



O arquipélago dos Alcatrazes, localizado no litoral norte do estado de São Paulo, após mais de 30 anos de reivindicação da sociedade, foi aberto para visitação pública no último domingo (18). Para dar início às atividades de uso público, foi realizado um “mergulho inaugural”, que contou com a presença de membros do conselho consultivo, pesquisadores, instituições parceiras e representantes de veículos de comunicação, além de turistas por meio das operadoras autorizadas.

O Refúgio de Vida Silvestre (RVS) do Arquipélago de Alcatrazes protege, juntamente com a Estação Ecológica Tupinambás, uma grande área marinha, englobando a maior parte do arquipélago e abrigando uma expressiva biodiversidade marinha e insular, totalizando quase 1.300 espécies descritas de flora e fauna.

Com a sua criação em meados de 2016, seguida da publicação do plano de manejo das duas unidades de conservação (UCs) e do plano de uso público em 2017, foi possível planejar o início das atividades de visitação, com base em mecanismos inovadores de gestão, buscando conciliar a necessidade de conservação do arquipélago de Alcatrazes com o turismo e colaborando com o desenvolvimento econômico da região.

O RVS tem um contexto particular de criação, no qual o processo foi instruído e conduzido a partir de uma demanda dos atores locais e regionais por acesso ao arquipélago, que era interditado para navegação e, consequentemente, fechado à visitação pública. Durante o processo de criação da unidade, que

foi inicialmente proposta na categoria parque nacional e durou cerca de 30 anos, a demanda de visitação pública foi um contraponto ao uso da região para treinamentos militares que restringiam as visitas da população ao local.

O processo de abertura da visitação foi conduzido pela equipe do ICMBio Alcatrazes, com o conselho consultivo, a Marinha do Brasil, operadores de turismo e pesquisadores parceiros. O objetivo era desenvolver um planejamento incorporando demandas dos diferentes setores em instrumentos de gestão flexíveis e descentralizados, que foram pensados para atender as necessidades locais.

O plano de uso público estabeleceu as normas para visitação, ordenando as duas atividades turísticas prioritárias: mergulho autônomo e visita embarcada com mergulho de flutuação. Somente estão permitidas visitas ao refúgio por meio de operadoras autorizadas, sempre acompanhadas por condutores capacitados para as atividades.

Juntamente com a abertura da visitação, vem sendo conduzido um projeto de monitoramento dos seus impactos ao longo do tempo, com objetivo de detectar alterações no ambiente ainda em estágios iniciais, o que possibilita intervenções antes mesmo que ocorram impactos significativos. A abertura do arquipélago dos Alcatrazes para visitação representa, regionalmente, uma nova atividade turística, movimentando economicamente a cadeia já estabelecida e criando novos postos de trabalho diretos e indiretos.



Cristian Dimitrius

Rebio da Mata Escura inaugura sede própria

A Reserva Biológica (Rebio) da Mata Escura inaugurou, no dia 6 de dezembro, sua nova sede, situada no interior da unidade de conservação (UC), em Nova Araçatuba, Jequitinhonha (MG). O espaço já conta com uma estrutura adequada para receber visitantes e acomodar as principais necessidades da equipe.

Cerca de cem pessoas foram contemplar a sede, que dará lugar a uma nova fase da UC. Representantes das prefeituras de Jequitinhonha e Almenara, da Coordenação Regional 11, de comunidades inseridas na Rebio da Mata Escura, moradores dos municípios de Jequitinhonha, Joáima e Águas Formosas, conselheiros e empresas da região participaram do evento de inauguração.

A área funcionava com uma fábrica de mel e água de coco, a 7 quilômetros do centro da cidade de Jequitinhonha. A propriedade foi adquirida por compra direta pelo ICMBio, após análise dos documentos e avaliação, com recursos de compensação ambiental provenientes da hidrelétrica de Itapebi (BA).

Segundo Márcia Nogueira, chefe da Rebio da Mata Escura, a compra do imóvel proporcionará espaços para instalar brigadas e es-

tacionamento das viaturas, além de viabilizar um local para os auditórios e recepção dos visitantes. “Desde que cheguei na UC, em 2012, já buscava melhor localização para instalação da sede própria, que precisaria estar dentro da unidade e ter acesso fácil. Na verdade, adquirimos duas propriedades contíguas, onde instalaremos ainda um núcleo de educação ambiental e alojamento de pesquisadores”, destaca.

A ideia central da chefia é trabalhar com o conselho para planejar as estruturas informativas e interpretativas necessárias, como trilhas, sinalização e as exposições do centro de visitantes. A sede antiga era situada no centro de Jequitinhonha, em um local alugado. O planejamento, segundo Márcia, é entregar o imóvel alugado até janeiro.



Evento contou com a participação de parceiros e moradores da região

Portaria define dados básicos do Painel Dinâmico de Informação

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade publicou, em novembro, a Portaria nº 1.015/2018, que institui o Painel Dinâmico de Informação como ferramenta de transparência, divulgação de informações institucionais e gerenciais e de apoio à definição e ao monitoramento dos indicadores e metas institucionais.

Com a publicação, as unidades organizacionais responsáveis pela alimentação do sistema estabeleceram quais dados serão utilizados e a periodicidade de suas atualizações. A Divisão de Gestão Estratégica e Modernização (DGEM), setor responsável pela compilação e tratamento dos dados e desenvolvimento da ferramenta, tem buscado estabelecer um conjunto mínimo de dados utilizados para estruturar o Painel Dinâmico de Informações.

A DGEM explica que a ferramenta não é um sistema engessado em si. Mesmo com a portaria dando um ponto de partida, o que

foi percebido ao longo de sua utilização é um grande interesse dos setores do instituto em expandir seus dados conforme a demanda interna ou externa.

PDI

O Painel Dinâmico de Informação, instituído em 2017, é uma ferramenta construída sobre uma arquitetura de inteligência de negócios (Business Intelligence – BI). Sua licença de programação e uso foi cedida ao ICMBio pela Fundação Moore em parceria com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Ele permite a elaboração de painéis gerenciais dinâmicos, nos quais as informações são lidas e integradas a partir de diferentes fontes de dados (planilhas, banco de dados, sistemas web).

A portaria que instituiu o Painel Dinâmico está disponível em <https://bit.ly/2QvqLQ3>. Já a ferramenta pode ser acessada em <http://qv.icmbio.gov.br>.

Estevão Marchesini



Conselheiros do Parna dos Campos Gerais tomam posse

No dia 10 de dezembro, foi realizada a posse dos conselheiros do Parque Nacional dos Campos Gerais (PR). A reunião celebrou o amplo processo de formação do conselho, que foi iniciado em agosto de 2017, com a formação de um grupo de trabalho, e finalizado em novembro de 2018.

Neste momento, além da posse, foi promovida uma primeira discussão sobre o regimento interno do conselho. Também foi marcado o próximo encontro, momento em que será discutido o plano de ação do conselho, indicando temas prioritários, câmaras temáticas, metas e prazos, entre outros aspectos. “Para a gestão do parque, é muito gratificante ver o resultado de todo o trabalho realizado no processo de formação. Hoje, além da posse dos conselheiros, podemos sentir o engajamento das instituições em relação à unidade, buscando o diálogo, o consenso e a parceria”, afirmou Lilian Miranda Garcia, chefe da unidade.

Lia Maris Orth Ritter Antikeira, conselheira pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, ressaltou que há algum tempo o ICMBio realiza um trabalho muito importante na busca por implementar o conselho do parque. “Tudo foi pensado e estudado com muito afinco para que as etapas fossem cumpridas. Este momento, em que se consolida este trabalho e se dá posse ao primeiro grupo de conselheiros, é de muito otimismo, pois uma nova etapa se inicia, que é a efetiva atuação do conselho em prol da unidade. Conhecendo a dedicação dos funcionários envolvidos e acreditando na coletividade e participação dos conselheiros, tenho certeza de que será um novo ciclo de muito trabalho e de muito ganho para o parque e para os Campos Gerais como um todo”, afirmou.

Além da equipe do Parque Nacional dos Campos Gerais, a reunião contou com apoio, na organização e execução, de servidores da Floresta Nacional de Pirai do Sul e da Reserva Biológica das Araucárias.

Ações buscam implementação de novas UCs da Caatinga

A Caatinga ganhou, em abril, mais de 800 mil hectares de áreas protegidas: o Parque Nacional (Parna) e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Boqueirão da Onça (BA). Com isso, teve início também o desafio de gerir duas novas unidades de conservação (UCs) de grande importância para a conservação da biodiversidade, especialmente para as populações de onça-pintada (*Panthera onca*).

Durante este ano, foram realizadas três operações de fiscalização emergenciais para promover a proteção da área e identificar pontos críticos para a gestão. A primeira, ocorrida em outubro, focou em ocupações irregulares e atividades garimpeiras ilegais. O garimpo com extração de pedras preciosas e semipreciosas é antiga e praticada de forma dispersa na região. Na maioria dos casos, não há concessão de lavra por parte da Agência Nacional de Mineração e ela envolve grande parte das serras e maciços com afloramento rochoso do interior do Parna.

Já as ocupações são recentes e apresentam o mesmo perfil: supressão de vegetação e construção de cercas, chiqueiros e currais para ovinos, caprinos e bovinocultura, com a utilização de madeira nativa. As ocupações envolvem o uso indiscriminado do fogo, o que pode acarretar incêndios florestais. “Além disso, existem denúncias de grilagem de terras, cercamento, abertura de variantes e estradas dentro do Parna, ações ligadas à especulação criada pela atividade eólica e garimpeira na região”, explicou Camile Lugarini, chefe do NGI Juazeiro.

As duas últimas operações emergenciais, em novembro e dezembro, foram de denúncias de caça, que envolvem animais como tatu-bola, tamanduá, caititu e outros mamíferos. A caça

é utilizada para o consumo, assim como para a comercialização local em bares ou feiras. “Mas o pior mesmo é a caça das onças. Quatro carcaças de onça-parda e uma de onça-pintada foram detectadas em 2017 na área da proposta do parque. Pior do que isso foi uma carcaça de onça-parda, que estava sendo monitorada por telemetria por um grupo de pesquisa, encontrada neste ano com tiros, mutilada por uma armadilha bem conhecida na região, a arataka”, contou Camile. Na última operação, cinco aratacas foram apreendidas.

Como, atualmente, as unidades apresentam somente um servidor e dois colaboradores terceirizados, equipes de fiscais da Estação Ecológica de Carijós, da Floresta Nacional de Nísia Floresta e da Reserva Biológica da Pedra Talhada, além de servidores do Ibama-Juazeiro e Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema) atuaram nas ações de fiscalização.

DIVULGAÇÃO

Em outra frente, também teve início a divulgação e comunicação na região das áreas recentemente criadas. As reuniões foram realizadas na Câmara de Vereadores de Sento Sé, município com maior abrangência das unidades de conservação, além das comunidades Brejo da Brásida, Limoeiro, Lagoa do Mari e Riacho dos Paes.

Segundo a chefe do NGI, muitos comunitários tinham dúvidas a respeito da abrangência do parque e atividades permitidas, especialmente por comunidades tradicionais de fundo de pasto, encontradas no entorno da unidade. “Além disso, foi desmistificada a ideia de soltura de onças-pintadas pelos gestores da área e a expulsão das comunidades pelo ICMBio. No próximo ano, as comunidades serão visitadas para ações de divulgação, aplicação de questionários socioeconômicos e levantamento de áreas comuns utilizadas pelas comunidades de fundo pasto e que podem ser alvo de conflito com os objetivos do Parna”, explicou Camile.



Projeto de educação ambiental beneficia comunidade quilombola

Localizada nos municípios de Praia Grande (SC) e Mampituba (RS), a Comunidade Quilombola São Roque possui parte do território sobreposto aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. Neste mês, os moradores participaram da Feira Viva, uma iniciativa do projeto de educação ambiental que vem sendo desenvolvido pelas Unidades de Conservação (UCs).

O projeto de educação ambiental na Comunidade São Roque busca transformar as situações de conflito em oportunidades de melhoria da proteção do patrimônio natural e do desenvolvimento socioambiental dos moradores e do entorno dos parques. O fio condutor da ação educativa delineia novas perspectivas de convívio social e alternativas econômicas sustentáveis que gerem renda e melhoria da qualidade de vida da comunidade, valorizando os aspectos históricos e culturais que contribuíram com a preservação da área das unidades.

A iniciativa visa aproximar e sensibilizar as partes envolvidas, incluindo o conselho consultivo das UCs, a partir do desenvolvimento de um processo de troca de saberes e colaboração entre os atores locais. O objetivo é a retomada do diálogo com a comunidade e a construção equitativa e justa de alternativas econômicas que promovam a reprodução física e cultural digna dos quilombolas na área sobreposta, a partir de atividades de uso indireto dos recursos naturais, compatíveis com a categoria de manejo das UCs.

TERMO DE COMPROMISSO

Recentemente, teve início a execução de um Termo de Compromisso entre o ICMBio e a Comunidade de São Roque, prevendo a utilização de parte da área sobreposta para moradia e subsistência. A comunidade se desenvolveu ao longo dos dois últimos séculos quando negros escravizados desciam a serra buscando abrigo e melhores áreas de cultivo.

Alguns deles ficavam nas roças durante todo o ano e assim se estabeleceram no local.

Com o histórico de conflito institucionalizado em razão da sobreposição, a gestão dos Parques buscou uma ação educativa de interação e cooperação institucional em torno de objetivos socioecológicos comuns nas áreas sobrepostas, materializado no projeto de educação ambiental.

A iniciativa envolveu a realização de oficinas participativas para o planejamento, sistematizando atividades semiestruturadas de coleta de dados. Um dos resultados foi a Feira Viva, evento que abordou a realidade da Comunidade, cujo produto foi um diagnóstico da identidade local que abrangeu temas como cultura, história, meio ambiente, saúde e turismo, sempre se baseando na troca de saberes entre os comunitários e outros atores sociais.

Na feira, foram apresentados vários elementos da cultura da comunidade, traduzidos no saber-fazer do próprio evento: mostra de artesanato com trabalhos em madeira entalhada, ferramentas tradicionais, venda de ervas e chás medicinais, produção agroecológica e orgânica, doces e culinária típica, confecção de balaios com fibras naturais, música e dança.

Está prevista, ainda, a realização de uma oficina de capacitação na qual o produto final será a proposta de uma trilha interpretativa, considerando os temas abordados na Feira Viva, além de outros aspectos que se enunciarão ao longo do processo. Em seguida, serão definidas as ações necessárias para implantar a trilha como produto turístico integrado ao Programa de Uso Público dos Parques, considerando o manejo, a sinalização e a interpretação histórico-cultural e ambiental. A trilha será orientada pelos princípios e diretrizes do Turismo de Base Comunitária e será ferramenta para a conservação da natureza, promoção do desenvolvimento socioambiental e geração alternativa de renda, para que a comunidade

empreenda práticas sustentáveis de uso do território sobreposto aos limites dos Parques.

A iniciativa conta com o apoio do Centro Nacional de Pesquisa Conservação da Socio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) e das Coordenações-Gerais de Populações Tradicionais (CGPT), de Gestão Socioambiental (CGSAM) e de Uso Público e Negócios (CGEUP).



Acervo ICMBio



Compensação de reserva legal bate recorde em 2018

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) regularizou, em 2018, 41 mil hectares em unidades de conservação (UCs) federais em todo o País. Desse total, 27,4 mil hectares ocorreram pela modalidade de compensação de reserva legal em 11 unidades de conservação na Mata Atlântica, Cerrado e Amazônia. O número é um marco para o ICMBio já que representa 45% de toda a área recebida pelo órgão nesta modalidade de regularização fundiária desde 2009.

A regularização fundiária é um importante passo para a consolidação das UCs, pois as terras precisam pertencer à União. O processo pode ocorrer por desapropriação do imóvel ou doação de terras ao ICMBio, que é o caso da compensação por reserva legal, mecanismo instituído pela Lei 12.651/2012. Segundo a legislação, o proprietário de imóvel rural que detinha, até 22 de julho de 2008, área de reserva legal em determinada extensão pode regularizar sua situação por doação ao poder público de área localizada no interior de UCs de domínio público pendente de regularização fundiária. Na prática, o proprietário doa uma parte de sua área que esteja dentro de UC em troca da regularização de sua situação.

“O ICMBio tem usado a compensação de reserva legal como estratégia para regularização das UCs por ela apresentar diversas vantagens, como a redução de conflitos pela posse e uso da terra; economia de recursos públicos por dispensar processo de desapropriação de imóveis e consequentemente um trâmite mais ágil”, explica a coordenadora-geral de Consolidação Territorial (CGTER), Eliani Maciel.

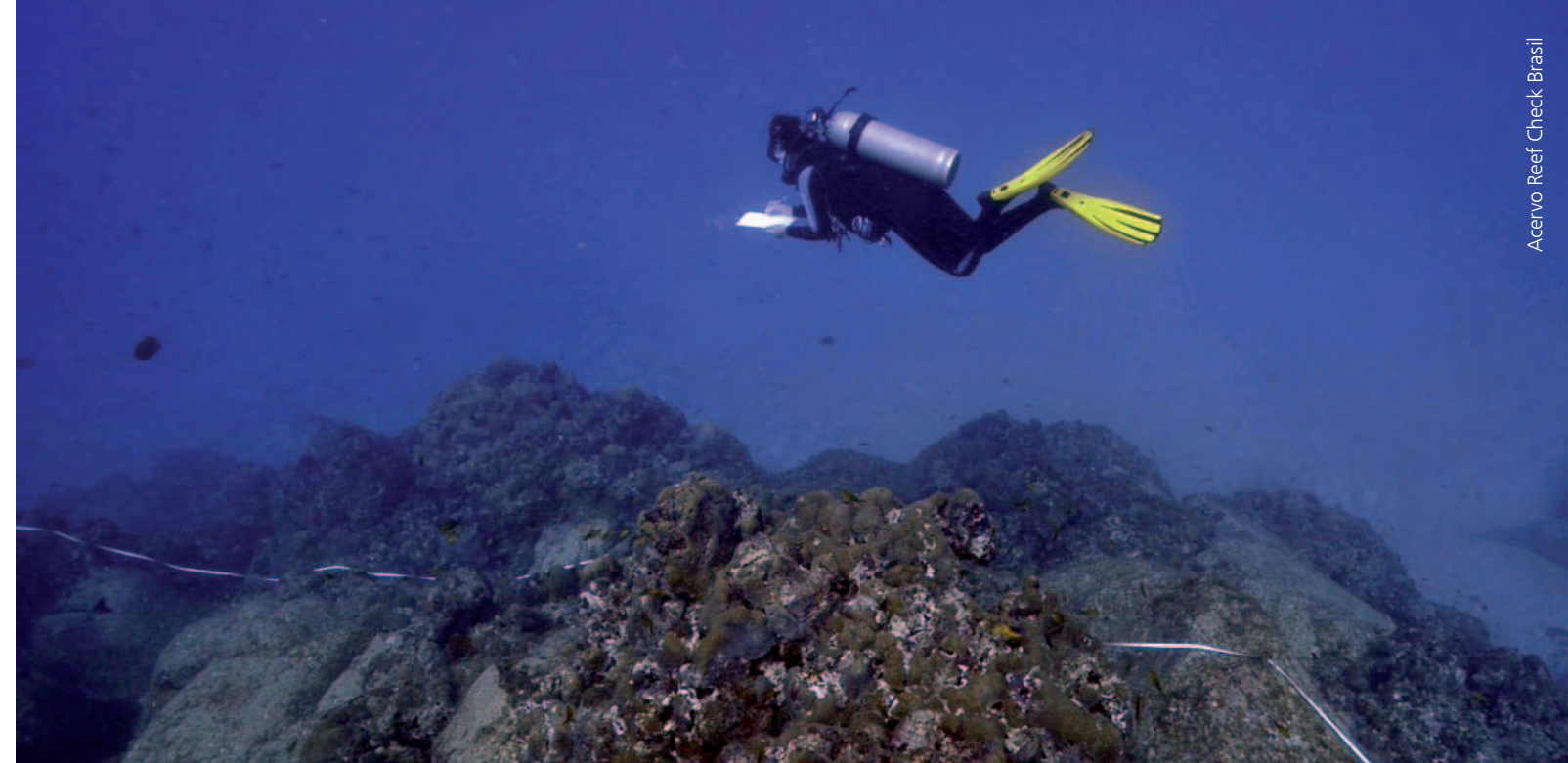
Até o momento, foram emitidas certidões de habilitação para compensação de reserva legal que devem garantir aproximadamente 637 mil hectares regularizados ao ICMBio.

DESAPROPRIAÇÃO

Outro processo de regularização fundiária é a desapropriação de imóveis. Ela é feita preferencialmente de forma amigável e os pagamentos são à vista ou em moeda corrente. A fonte dos recursos para as indenizações é basicamente de compensação ambiental e, conforme estabelecido pela Lei 9.985/2000, a regularização fundiária deve ter prioridade de aplicação dos recursos de compensação ambiental. Em 2018, R\$ 35,7 milhões foram aplicados para desapropriação de 13,6 mil hectares em 12 UCs.



Parna da Serra da Canastra regularizou, em outubro, mais de 900 hectares por meio da compensação de reserva legal



Monitoramento constatou que corais estão em bom estado de conservação

Reef Check Brasil realiza monitoramento em Fernando de Noronha

A equipe do Reef Check Brasil esteve no Arquipélago de Fernando de Noronha, neste mês, para mais uma expedição de monitoramento dos recifes de coral no Parque Nacional Marinho. A iniciativa faz o acompanhamento da saúde dos ecossistemas recifais brasileiros por meio de estimativas de abundância de organismos considerados indicadores.

O monitoramento foi realizado em sete sítios da unidade de conservação (UC), como a Laje Dois Irmãos e Sancho, áreas que apresentam alta abundância de corais, principalmente da espécie *Montastraea cavernosa*. Também foram analisados sítios onde não é permitida a visitação turística ou realização de outras atividades além de pesquisa, como no Zé Ramos.

A saúde dos ecossistemas coralíneos avaliados se mostrou positiva, com menos de 5% da população de corais doentes ou branqueados. “Entretanto, deve ser ressaltada a influência do grande número de pessoas frequentando a ilha, com efeitos indiretos nesses ecossistemas, como a poluição por esgoto e a alta geração de resíduos sólidos, além de ancoragem de embarcações em substratos não arenosos. Também é importante manter-se alerta ao au-

mento de temperatura da água do mar, pois este ano o fenômeno El Niño poderá afetar a saúde destes ecossistemas”, explicou Ana Carolina Grillo, bolsista GEF-Mar do Programa Reef Check Brasil”

A equipe foi composta por parceiros da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do GEF Mar, Tamar Fernando de Noronha e NGI ICMBio Fernando de Noronha. As atividades contaram com o apoio da operadora de mergulho Atlantis Divers, da All Angle Images e do Projeto Golfinho Rotador.

REEF CHECK

O Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil, Reef Check Brasil, teve início em 2002. Com a coordenação da UFPE e o apoio do Instituto Recifes Costeiros (Ircos), os protocolos da Global Coral Reef Monitoring Network (GCRMN) foram adaptados às características dos recifes locais, o que resultou em um protocolo adaptado compatível com o internacional. Desde 2015 o programa é executado em parceria pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene), a UFPE e o Ircos.

Abrolhos forma novos condutores de visitação

O Parque Nacional (Parna) Marinho dos Abrolhos (BA) promoveu neste mês o Curso de Formação de Condutores de Visitantes da unidade de conservação (UC). O objetivo da capacitação foi tanto formar novos profissionais interessados em ingressar nas atividades de visitação do Parna como atualizar conhecimentos daqueles que já atuam na visitação. Ao todo, 34 participantes concluíram as atividades do curso.

A atividade comercial de condução de visitantes foi regulamentada por portaria do ICMBio publicada em novembro de 2018. O documento estabelece os procedimentos para o credenciamento e autorização da atividade, processo fundamental para garantir o controle e valorização dos profissionais em atuação na unidade, assim como para estabelecer regras claras para aqueles que pretendem ingressar na atividade.

“Em Abrolhos, há a obrigatoriedade da presença de condutores de visitantes nas embarcações que acessam o parque. Portanto, é fundamental a formação e atualização constante desses profissionais, afinal, são quem apresentam todas as belezas da unidade, assim como prestam informações e cuidados para garantir a conduta responsável e segurança de todos”, destaca Fernando Repinaldo, chefe do Parna.

A atividade contou com a colaboração de diversos parceiros, com momentos teóricos, aulas práticas em campo, dentro e fora da unidade, e reforçou a importante relação entre a gestão da UC e os condutores de visitantes. Entre os palestrantes convidados, destaca-se a atuação da Associação Brasileiras das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta). A instituição apresentou informações sobre a importância da aplicação das normas técnicas para qualificação dos serviços turísticos, assim como noções sobre sistema de gestão de segurança para avaliar e mitigar riscos durante as operações.

Também teve destaque na programação a apresentação do professor Guilherme Longo,

da Universidade Federal do Rio Grande Norte, sobre o programa de ciência cidadã “De Olho nos Corais”. O objetivo é estimular condutores e visitantes a colaborarem com informações sobre a saúde dos recifes de coral, sendo disponibilizadas pranchetas informativas sobre espécies de organismos recifais em Abrolhos, como importantes indicadores da saúde e status de conservação dos ambientes.

Segundo Fernando Repinaldo, o curso também se soma aos resultados esperados com o plano interpretativo da unidade, com envolvimento de condutores e parceiros. Uma das atividades práticas do curso foi a avaliação pelos participantes de uma trilha subaquática marinha, construída em conjunto pelo Parna e condutores com o objetivo de diversificar a experiências dos mergulhadores autônomos que frequentam a unidade. A trilha, além de fortalecer o exercício da interpretação ambiental, permitirá a prática do mergulho autônomo noturno em um dos chapeirões do parque, localizado em uma área abrigada, garantindo também maior segurança para a operação.

“Mais do que condutores de visitantes, acreditamos que fortalecendo a relação com a sociedade e profissionais locais estamos formando mais cidadãos engajados com a importância da conservação de Abrolhos”, concluiu Fernando.

O curso contou com apoio do Projeto GEF Mar. A visita de campo ao Arquipélago dos Abrolhos teve a parceria da empresa Abrolhos Embarcações, além de profissionais do SAMU Caravelas.



Novos e antigos condutores participaram da capacitação

Acervo Parna Marinho dos Abrolhos

Conselho reafirma importância da gestão participativa na Esec de Tamoios

Um momento de celebrar as conquistas, reafirmar compromissos e olhar para o futuro. Com esses espírito, conselheiros e parceiros da Estação Ecológica (Esec) de Tamoios (RJ) reuniram-se neste mês para a 41ª reunião do Conselho Consultivo da unidade de conservação (UC), que tem funcionado sem interrupção desde 2007.

Na oportunidade, os novos membros receberam o termo de posse para o novo mandato, aprovaram uma carta de valorização da Estação Ecológica de Tamoios no contexto regional e avaliaram o primeiro ano de implementação do termo de compromisso com um grupo de pescadores artesanais da comunidade de Tarituba.

“A carta chama atenção para os objetivos de criação da unidade de conservação e sua importância”, afirma a analista ambiental Sylvia Chada, que organiza as reuniões do conselho. Como uma das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira, a unidade foi criada como exigência legal vinculada à instalação das usinas nucleares no município de Angra dos Reis, sendo fundamental na proteção dos ambientes insulares e marinhos da baía da Ilha Grande.

O controle de espécies exóticas invasoras, a fiscalização dos defesos e da pesca industrial

são alguns dos serviços ecossistêmicos que a unidade de conservação presta à sociedade, contribuindo com a gestão pesqueira na região. Além disso, a UC é um importante laboratório vivo, palco de um número significativo de pesquisas que envolvem cerca de 30 instituições diferentes, mais de 70 pesquisadores e centenas de estudantes, somente nos últimos 20 anos.

Os programas de estágio e voluntariado têm propiciado formação para estudantes da região, do País e do mundo. A participação da sociedade na gestão da UC, com um conselho que reúne os principais atores sociais da baía da Ilha Grande e que se mantém ativo e atuante por 12 anos ininterruptos, é uma importante arena de construção de acordos, circulação de informação e formação de cidadania.

Neste espaço, foi debatido e construído o termo de compromisso com os pescadores de Tarituba, que completou um ano de implementação em outubro. Odil Bulhões, um dos 20 compromissários do acordo, destacou como um dos pontos positivos do acordo a tranquilidade de poder estar em áreas da Esec de Tamoios sem medo de ser multado. Os presentes solicitaram mais fiscalização nas áreas do termo de compromisso e o ajuste de cláusulas que não se mostraram efetivas na implementação.



Conselheiros ressaltaram importância da Esec em uma carta de valorização

Acervo Esec de Tamoios

ICMBio institui teletrabalho

Cada vez mais frequente no setor público, instituído de maneira experimental em 2017, o teletrabalho é uma das grandes inovações no mundo corporativo e acaba de ser efetivado no ICMBio. Na última terça-feira (18), o órgão regulamentou a modalidade de trabalho que vai permitir aos servidores executarem as atividades fora das dependências do ICMBio de maneira permanente ou periódica.

Inicialmente, são quatro processos de trabalho que possuem autorização para adotar o teletrabalho: Plano de Manejo, sob supervisão da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (Coman); Regularização Fundiária, supervisionado pela Coordenação-geral de Consolidação Territorial (CGTER); Avaliação de Impactos Ambientais, monitorado pela Coordenação-geral de Avaliação de Impactos (CGIMP); e Julgamento de Autos de Infração em 2ª Instância, pela Coordenação-geral de Proteção (CGPRO).

Além da efetivação do teletrabalho, a novidade é a implementação da modalidade também no âmbito da CGPRO.

COMO FUNCIONA

O teletrabalho será regido por editais de seleção contendo critérios, orientações e outras informações, com publicação no Boletim de Serviço. Um dos requisitos para sua implementação é a definição de metas de desempenho diárias, semanais ou mensais que devem ser alinhadas às da unidade organizacional supervisora e também ao Plano Estratégico do ICMBio.

Servidores que seguirem essa modalidade de trabalho deverão ter metas de desempenho superiores no mínimo à 20% em relação aos colegas que executam a mesma atividade nas dependências do ICMBio. O teletrabalho só é válido para servidores efetivos. Colaboradores, estagiários ou ocupantes de cargos DAS e seus respectivos substitutos não podem aderir à modalidade.

A implementação do teletrabalho não exclui eventuais comparecimentos à sede da unidade organizacional supervisora. Mais informações na edição extra do Boletim de Serviço, de 18 de dezembro, que pode ser acessado em <https://bit.ly/2Bwwue7>.

Programa Monitora lança relatório do subprograma Terrestre

O primeiro relatório do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (Monitora), subprograma Terrestre, componente Florestal, foi lançado digitalmente pela Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (Comob). O documento traz um panorama sobre o status de implementação do componente Florestal e reúne os resultados do monitoramento de mamíferos, aves, borboletas e plantas, realizado entre os anos de 2014 e 2016, em 17 unidades de conservação (UCs) na Amazônia, cinco no Cerrado e quatro na Mata Atlântica.

As análises apresentadas no relatório ainda são exploratórias e seus resultados constituem um retrato inicial, sendo a linha base para os próximos anos do programa. Ao todo, nesse período, foram registrados 120 táxons de mamíferos e aves, 20% deles classificados em alguma categoria de ameaça e alvos prioritários de conservação. Além disso, foram amostradas cerca de 5.800 plantas e 10.500 borboletas.

Para Tathiana Chaves de Souza, coordenadora de Monitoramento da Biodiversidade, o relatório dá visibilidade ao resultado da soma de esforços empreendidos na primeira fase de implantação do Monitora. “Também demonstra sua importância, não apenas relacionada ao levantamento e sistematização de dados primários, mas especialmente no potencial de agregar instituições, pessoas e saberes na construção de conhecimentos e aprendizados coletivos”, afirmou.

O relatório está disponível em <https://bit.ly/2PLhwpM>.

O MONITORA

Os dados do monitoramento visam suprir lacunas de informação que vão desde a gestão local até escalas mais amplas de governança das áreas protegidas, assim como subsidiar as ações de gestão das unidades de conservação, o manejo e a avaliação de espécies da flora e fauna.

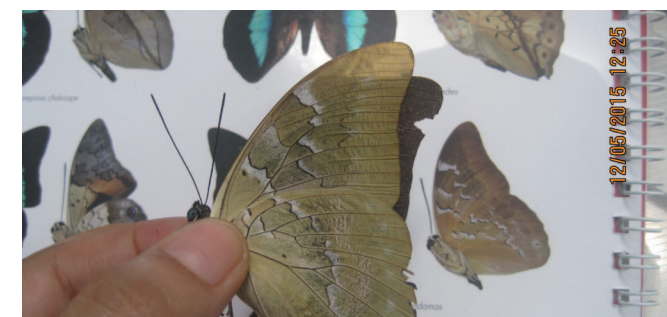
Atualmente, o Programa Monitora compre-

ende três subprogramas: Terrestre, Aquático Continental e Marinho Costeiro, que por sua vez são constituídos por diversos componentes. O componente Florestal do subprograma Terrestre foi o primeiro a ser implementado e é o mais desenvolvido do programa. Desde o início de sua implementação, diversos avanços foram feitos, especialmente na consolidação de procedimentos, incluindo protocolos, capacitação e dinâmica de implementação.

O Monitora também contribuiu para o fortalecimento e ampliação do espectro de atuação dos centros nacionais de pesquisa e conservação. Além disso, dezenas de pesquisadores, instituições de pesquisa e organizações não governamentais, assim como centenas de moradores do território das unidades de conservação, voluntários e estudantes estão envolvidos na construção das várias etapas do programa e nas estratégias locais de implementação.

“Entendemos que o estímulo à observação da natureza, o debate gerado em torno das razões para implementar um programa de monitoramento, as conversas espontâneas sobre os resultados ou aquelas orientadas pelas análises mais científicas geram um movimento benigno de pensar as estratégias de conservação e manejo das áreas protegidas”, afirmou Tathiana.

A expectativa é de que o Programa Monitora promova uma ampla articulação com agências institucionais e outras iniciativas de monitoramento de forma a fortalecer a gestão do conhecimento em prol da conservação da biodiversidade, reduzindo a assimetria de acesso à informação e ampliando a participação social.



Pollyana Lemos



Oficina traz reflexões sobre parcerias com americanos

Foi realizada na última semana a Oficina de Pausa e Reflexão sobre o Programa Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia. O projeto é desenvolvido em cooperação técnica com o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) com o apoio da Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (Usaid) e atualmente está no seu quinto ano. No Brasil, estão envolvidos ICMBio, Funai e o Ministério do Meio Ambiente.

A oficina teve como objetivo proporcionar uma avaliação dos resultados até agora apresentados em três das quatro áreas temáticas desenvolvidas pelo projeto: cadeias de valor sustentáveis para produtos da sociobiodiversidade; aprimoramento da gestão das unidades de conservação e uso público. Em cada eixo são desenvolvidas estratégias e esperados resultados principais e secundários. “Esta oficina vem para nos proporcionar uma reflexão sobre como caminhamos até aqui, o que já conseguimos e o que deve ser trabalhado e fortalecido no futuro”, explica a coordenadora da USFS, Michelle Zweede.

Durante três dias, os participantes fizeram uma reflexão das principais estratégias e pontos presentes em cada um dos eixos temáticos. Na parte de gestão, por exemplo, os grandes avanços trazidos pelo programa foram a consolidação das ferramentas, a capacitação e a elaboração de planos de manejo mais baratos e rápidos. A estratégia utilizada foram as adaptações de ferramentas de gestão da conservação usadas nos Estados Unidos.

Na área de uso público, o impacto das parcerias pode ser visto em ações realizadas pelo ICMBio ainda este ano, como a Trilha de Longo Percurso, e até no processo de concessões de serviços em unidades de conservação. “A parceria com o Serviço Florestal dos Estados Unidos perpassa por várias áreas temáticas trabalhadas pela Coordenação-geral de Uso Público,

como o curso de ferramentas, impactos econômicos da visitação e a política de uso público”, conta o coordenador de Estruturação da Visitação e Ecoturismo (Coest), Paulo Faria.

“A capacitação foi um forte pilar para o fortalecimento do uso público das UCs na Amazônia. Com elas, pudemos ter aparato técnico para realizar estudos, subsidiar instruções normativas e dotar as unidades de atividades de recreação e aparatos estruturais, principalmente as trilhas”, complementa Faria. Um dos reflexos disso é que a mudança no monitoramento de visitação fez com que o ICMBio passasse a acompanhar mais UCs (foram 102 em 2018, em 2010 eram apenas 30). “Isso faz com que a gente tenha mais entendimento da dinâmica de visitação e possa empreender esforços maiores nos pontos que necessitam de fortalecimento”, explica Faria.

Para concluir a oficina, os participantes se dividiram em grupos que repensaram em como as cadeias de valor em produtos da sociobiodiversidade têm avançado nos últimos quatro anos. Para isso foram escolhidos quatro subprodutos: madeira oriunda de manejo comunitário, pirarucu, castanha e açaí. O fortalecimento dessas cadeias não apenas se ancora na capacitação técnica dos gestores das unidades que possuem populações tradicionais onde esses produtos são basilares econômicos, mas também no processo de engajamento e empoderamento desses comunitários.

Entre os avanços percebidos, foi primordial o aprimoramento técnico nessas cadeias, fazendo com que os produtos oriundos ganhassem em valor agregado e que os produtores procurem ter acesso a mercados mais competitivos e diversificados, mas ainda há caminho a percorrer. Alguns dos desafios são, por exemplo, logística de escoamento de produção, comunicação e cesso das populações a mecanismos de subsídios e créditos.

Comunitários terão plano de negócio para pesca artesanal

Nos meses de novembro e dezembro, comunitários da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (BA) participaram da oficina “Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal”. A iniciativa, que faz parte do projeto de elaboração participativa de um plano de negócio, envolveu oito comunidades extrativistas da unidade de conservação (UC), localizadas nos municípios de Prado e Porto Seguro.

Em cada edição, a programação contava com uma reunião inicial com as lideranças locais para definir estratégias adequadas à cultura local para realização do encontro. Os participantes discutiram a gestão organizacional comunitária da Resex como estratégia de desenvolvimento de um negócio coletivo, envolvendo a distribuição do pescado, especialmente no próprio território, e o fortalecimento da economia solidária.

Após chegar a um entendimento comum do conceito de cadeia produtiva da pesca, os comunitários tiveram a oportunidade de conversar sobre organização de base comunitária local; captura de pescados e produção de apetrechos de pesca; beneficiamento de pescado, centrado principalmente na figura da mulher extrativista; e comercialização e distribuição de pescado.

Além disso, uma análise estratégica foi desenvolvida e foram debatidas práticas de economia solidária e as demandas por projetos produtivos que possam integrar as comunidades do território e fortalecer os projetos já em andamento. “Na Resex do Corumbau há trocas de produtos da agricultura familiar por pescados e a prática solidária de vender pescado para os nativos a preços mais acessíveis, além da doação”, explicou Everaldo Bras dos Santos, da comunidade Barra Velha.

Para Sérgio Silva de Jesus, pescador e presidente da Associação de Pescadores e Agricultores Rurais do Veleiro, “a integração comunitária é de fundamental importância para o envolvimento dos extrativistas e um desenvolvimento adequado do território, que valorize a população tradicional, seus modos de vida, que reconheça seu papel na proteção do ambiente natural e que, além disso, gere renda e segurança nutricional, envolvendo homens, mulheres e jovens”.

Os próximos passos do projeto são a consolidação da versão final do plano de negócios e a elaboração de três projetos produtivos que possam colaborar com sua implementação.



Moradores de oito comunidades extrativistas participam do projeto

Jaqueline Sicupira

Cinco mil filhotes de quelônios são soltos em Rebio

O rio Trombetas, localizado no interior da Reserva Biológica de mesmo nome, recebeu a soltura de cinco mil filhotes de tracajá (*Podocnemis unifilis*) e pitiú ou iaça (*Podocnemis sextuberculata*), em evento de sensibilização realizado neste mês. Quilombolas e moradores do entorno, pesquisadores e apoiadores do projeto participaram da iniciativa, que reuniu aproximadamente 120 pessoas.

A soltura faz parte do Projeto Quelônios do Rio Trombetas, promovido pelo Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Trombetas. A temporada do projeto ocorre de julho/agosto, quando as praias começam a se formar nos lagos e rio Trombetas, onde os quelônios desovam, e termina em janeiro do ano seguinte, com o nascimento dos filhotes e inundação das praias.

Segundo Carolina Mângia Marcondes de Moura, analista ambiental e coordenadora de Pesquisa e Monitoramento do NGI ICMBio Trombetas, o projeto visa fortalecer uma cultura de preservação, em que os comunitários e a sociedade em geral percebam a importância das áreas protegidas e do manejo conservacionista para manter as populações desses animais, evitando que a predação humana esgote os recursos naturais dos lago Erepecu, dentro da reserva biológica. “Esse esgotamento de recursos é uma realidade em outros lagos da região, fora da Rebio, em que a população de quelônios e de peixes grandes está escassa”, explica.

PARCEIROS

A soltura dos filhotes é um momento de alegria e de encanto pela natureza. Entre dezembro e janeiro, são realizados ao menos dois eventos de soltura para sensibilização do público local e confraternização dos envolvidos no projeto. Nestas oportunidades, são apresentadas as ações realizadas e seus principais resultados (número de ovos e de filhotes da temporada anterior).

O Projeto Quelônios do Rio Trombetas destaca-se por contar com um significativo número de voluntários comunitários. São 27 famílias que trabalham no projeto a cada temporada, totalizando mais de cem participantes, entre voluntários, agentes ambientais contratados pela Fundação Tecnologia Florestal Geoprocessamento e servidores do ICMBio.

Os voluntários e agentes ambientais são capacitados no início da temporada e realizam o manejo e monitoramento de ninhos até o nascimento dos filhotes. Eles são responsáveis por identificar cada ninho com piquete e coletar dados de campo, monitorando desde a coleta de ovos até a eclosão e contagem dos filhotes nas chocadeiras e ninhos naturais.

Os ninhos encontrados em praias não protegidas são manejados para as “chocadeiras” em praias protegidas, evitando assim a coleta de ovos para consumo humano ou comércio. Os quelônios são alvos de caça ilegal em Porto Trombetas, município de Oriximiná (PA) e região, pois seu consumo é um hábito cultural arraigado em várias partes da Amazônia.

MAIS DE VINTE MIL FILHOTES SOLTOS

Na última temporada, de setembro de 2017 a janeiro de 2018, o projeto apresentou o melhor resultado de proteção de filhotes de tracajás e pitiús na Reserva Biológica do Rio Trombetas: foram 29.395 animais soltos nos lagos Erepecu e Farias.

Carolina conta que este foi o melhor resultado desde 2003, quando teve início a parceria entre órgão ambiental gestor da reserva (na época Ibama) e as comunidades quilombolas da Rebio para manejo, proteção e monitoramento de quelônios. “Nos tabuleiros do rio Trombetas, foram protegidos 621 ninhos e 31.774 filhotes de tartarugas da Amazônia (*Podocnemis expansa*) na temporada anterior, um resultado que mostra a estabilização da quantidade de ninhos e fêmeas de tartarugas nos tabuleiros da Rebio, com um resultado acima da média dos últimos 12 anos”, afirmou Carolina.

O próximo evento de soltura já está marcado: será no dia 19 de janeiro de 2019, quando serão soltos filhotes de tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*) no rio Trombetas.

O Projeto Quelônios do Rio Trombetas tem apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), Mineração Rio do Norte (MRN) e Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).





Legado de Chico Mendes é discutido em Xapuri

Cerca de 600 pessoas estiveram reunidas em Xapuri, entre os dias 15 e 17 de dezembro, para o evento Chico Mendes 30 anos: uma memória a honrar, um legado a defender. Um dos pontos altos do encontro foi o depoimento de lideranças, artistas e acadêmicos que relembrou o momento histórico da luta liderada por Chico Mendes, que coordenou os chamados “empates”, quando seringueiros impediram a apropriação dos seringaais por fazendeiros.

Personalidades como Raimundão (o líder extrativista Raimundo Bezerra), o antropólogo Mauro Almeida, o líder indígena Ailton Krenak e a atriz Lucélia Santos falaram sobre a organização dos seringueiros e o papel essencial de Chico Mendes como liderança que soube unir a defesa do meio ambiente à luta pela cidadania, dando visibilidade internacional a povos até então completamente invisíveis.

Um dos principais legados desta luta é a criação das reservas extrativistas. Comunitários de Resex de toda a Amazônia e também de outras regiões do País estiveram presentes, discutindo temas como fortalecimento das cadeias produtivas, protagonismo das mulheres, modelos de organização e perspectivas para o futuro.

Durante o evento foi realizada a entrega do Prêmio Chico Mendes, sendo também homenageadas 30 personalidades que contribuíram para o fortalecimento da luta dos povos da floresta e a conservação do meio ambiente. Entre eles estavam o líder extrativista Manoel Cunha, gestor da Resex Médio Juruá, e Waldemar Vergara (in memoriam), do ICMBio, por seu trabalho na criação das reservas marinhas do Pará.

No último dia de evento, foram lançadas duas publicações: o Catálogo da Sociobiodi-

versidade, produzido pelo ICMBio, e o livro “Fortalecimento Comunitário em Unidades de Conservação”, do MMA, que narra experiências bem-sucedidas apoiadas pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa).

O diretor de Ações Socioambientais Cláudio Maretti ressaltou na abertura do encontro que um dos marcos mais significativos de vida e militância de Chico Mendes foi um importante pacto social. “E as Resex são produto deste pacto. A partir desse marco, a conservação da natureza e a defesa das populações extrativistas se tornaram uma só”, defendeu.

Em outra mesa, ele lembrou que neste momento há uma estrutura de diálogo entre o governo e os extrativistas, resultado da demanda das organizações, que é a Comissão Nacional das Resex, que propôs uma regulamentação, tornando mais claro os papéis das instituições. Para Maretti, é indispensável ter essa noção de alianças. “Estamos a serviços de extrativistas. O futuro depende de reforçarmos esta aliança.”

CHICO MENDES

Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, nasceu em Xapuri (AC), em 15 de dezembro de 1944. Foi um seringueiro, sindicalista, ativista político e ambientalista reconhecido internacionalmente. Em 1988, Chico Mendes recebeu o prêmio Global 500 da ONU. Aos 47 anos, em 22 de dezembro desse mesmo ano, foi morto com tiros de espingarda no peito a mando de um fazendeiro da região. As primeiras reservas extrativistas foram criadas em março de 1990, concretizando o sonho de Chico Mendes de ver a floresta valorizada e assegurando uma perspectiva de futuro para filhos de seringueiros e extrativistas.

Curtas

Rede Nacional de Trilhas chega a Sete Cidades

O Parque Nacional (Parna) de Sete Cidades (PI) finalizou a implementação da sinalização da Rede Nacional de Trilhas nas suas principais estradas de acesso (portão norte e portão sul) para o centro de visitantes e a administração. Segundo Waldemar Justo, chefe da unidade, a sinalização segue os padrões estabelecidos para trilhas de longo curso e

pelo Manual de Sinalização do ICMBio. A pegada amarela com o formato de bota apresenta uma pintura rupestre denominada sítio do camaleão, que é encontrada no Parna. Atualmente, o parque encontra-se com 17 quilômetros de trilhas sinalizadas. As próximas ações preveem a sinalização de toda a área de uso público da unidade.



crédito Acervo Parna de Sete Cidades

CMA realiza reunião de redes de encalhe



Nos dias 6 e 7 de dezembro, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA) realizou a reunião da Rede de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos do Brasil (Remab). O grupo, que conta com mais de 40 instituições, é de grande importância para monitorar os impactos sobre os mamíferos aquáticos em todo litoral

e águas interiores do Brasil. A reunião contou com a presença de 36 participantes, entre eles, membros das redes de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos do Sudeste (Remase) e do Sul (Remasul). Na oportunidade, foram discutidos assuntos como atualização dos membros da rede e inserção de novos representantes, estrutura do protocolo de encalhe, sobreposição no atendimento de encalhes entre instituições das redes e contratos por empreendimentos e entrada de dados no Sistema de Apoio ao Monitoramento de Mamíferos Marinhos (Simmam). Em breve, o CMA realizará as reuniões das redes de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos do Norte e Centro Oeste (Remanor) e do Nordeste (Remane). A reunião foi realizada com apoio do GEF Mar.

Ipanema sedia evento esportivo

No dia 9 de dezembro, a Floresta Nacional (Flona) de Ipanema (SP) sediou a segunda edição da corrida "Desafio AMAZUL". Organizada pela Associação Profissionais de Eventos Esportivos de Sorocaba com apoio da unidade de conservação, a corrida teve como objetivo fomentar o esporte, a saúde e integração dos servidores civis e militares e funcionários ligados ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), a Amazul e a Aramar. O evento reuniu cerca de 250 participantes em provas de 5, 10 e 15 quilômetros, além de uma caminhada de 3 quilômetros, realizadas em trilhas, aceiros e estradas internas da Flona. Para Rafael Costa, chefe da Flona de Ipanema, "a

unidade está se consolidando na região como um local especial para realização de atividades e eventos esportivos, como caminhadas, ciclismo e corridas, cumprindo desta forma com um dos seus objetivos de promover o esporte, a recreação e o lazer em contato com a natureza".



Maria Helena Reinhardt

Estudantes participam de atividades no RVS dos Campos de Palmas

Professores e estudantes do Instituto Federal do Paraná (IFPR/Palmas) participaram, no dia 8 de dezembro, de atividades de educação ambiental no Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas (PR/SC). Organizada pela professora Adriene Coelho, a atividade contou com a participação de alunos de Pedagogia e Letras. O grupo foi acompanhado pelos analistas ambientais Ricardo Jerozolinski e Antônio Correia Jr., além da estagiária Ana Caroline Machado, estudante do curso de Ciências Biológicas no IFPR. Na ocasião, foram realizadas diversas atividades de educação e interpretação ambiental, como trilhas e conversas com moradores locais. A professora Adriene conta que o interesse em levar os alunos e colegas professores teve a intenção de chamar a atenção para a possibilidade de realização de pesquisas nas UCs da região

com alunos dos cursos de Ciências Humanas, além da promoção de atividades de educação ambiental fora do ambiente da sala de aula, o que potencializa o aprendizado e sensibiliza os alunos para a questão.



Ana Caroline Machado

Revista apresenta legado de Chico Mendes

A Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR), publicou neste mês uma edição especial sobre os 30 anos de legado de Chico Mendes. A publicação apresenta artigos sobre reservas extrativistas, políticas

públicas e participação social, diversidade produtiva, unidades marinhas, entre outras temáticas. Servidores do ICMBio estão entre os autores de alguns dos artigos divulgados. A revista pode ser acessada em <https://revistas.ufpr.br/made>.

Chamada para apresentações sobre interpretação ambiental

A Associação Nacional para Interpretação dos Estados Unidos (NAI, na sigla em inglês) realizará sua conferência internacional pela primeira vez na América do Sul, em 2019, tendo o ICMBio como um de seus parceiros técnicos. O evento, que será realizado no Rio de Janeiro, é aberto a profissionais e estudantes que atuam ou têm interesse em unidades de conservação, museus, sítios de interesse histórico e cultural, parques zoológicos, aquários, jardins botânicos, centros de ciência e outras organizações que têm como missão promover a compreensão e conservação do nosso rico patrimônio. A chamada para propostas de apresentações está aberta até 12 de janeiro. Com o tema "Agir Localmente, Conectar Globalmente", a conferência reunirá diversas organizações e profissionais que trabalham com interpretação do patrimônio em diferentes países, em uma oportunidade única no Brasil. Os cinco dias do evento proporcionarão aos participantes a oportunidade de aprender e compartilhar experiências profissionais, discutir estratégias inovadoras e conhecer os

mais recentes estudos realizados nesta área do conhecimento. O evento conta com apoio do Programa Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia, firmado entre os governos do Brasil e Estados Unidos e financiado pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), do Sesc, da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Mais informações em www.interpnet.com/ic.



Boletim PAN Lagoas do Sul

Foi publicada nesta semana a segunda edição do boletim do PAN Lagoas do Sul. O informativo, organizado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul), busca agregar notícias sobre o andamento das ações previstas no Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares

do Sul do Brasil. O PAN, que conta com 157 ações em andamento, tem como objetivo melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas das lagoas da planície costeira do Sul do Brasil, promovendo os modos de vida sustentáveis e tradicionais associados ao território. O informativo pode ser acessado em <https://bit.ly/2rFvUUb>.

APA da Baleia Franca comemora publicação do seu plano de manejo

O Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca (SC) acaba de ser publicado. Esta é uma grande vitória para a unidade de conservação (UC) e uma ferramenta importante para a conservação da baleia-franca-austral (*Eubalaena australis*), dos ambientes terrestres e marinhos protegidos pela APA e para o processo de ocupação sustentável no território. Nos últimos anos, a unidade voltou seus esforços para a elaboração do seu plano de manejo, processo que assegurou a ampla participação da população residente. Foram 23 oficinas realizadas com representantes de diversos setores da sociedade: pesquisadores, organizações não governamentais, pesca artesanal e industrial, esportes, turismo, agricultura familiar, rizicultura, imobiliário, mineração, indústria, comércio e órgãos públicos. O processo de elaboração do documento também foi apresentado em diferentes espaços públicos para conhecimento da sociedade, como câmaras de vereadores e no Comitê da Bacia Hidrográfica

do Rio Tubarão. A caracterização da UC foi elaborada com o apoio de pesquisadores, conselheiros, voluntários e centros de pesquisa do ICMBio, sendo disponibilizada na forma de 21 artigos que compõem o compêndio do plano e abordam temas relacionados a aspectos naturais, sociais e culturais do território da APA da Baleia Franca. Agora, um novo ciclo se inicia de alcance dos objetivos do plano e realização das ações de gestão propostas. A luta continua em prol da conservação das baleias francas e deste atraente território.



Ana Caroline Machado

Cemave participa de congresso sobre diversidade do semiárido

Entre os dias 12 e 14 dezembro, ocorreu em Natal (RN) o Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido, que contou com a participação dos analistas ambientais Elivan Arantes de Souza e Antônio Emanuel Barreto Alves de Sousa, do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave). O evento recebeu apoio institucional do ICMBio e uma exposição do Cemave sobre o PAN Aves da Caatinga, além de palestra de Emanuel Barreto sobre o plano de ação. O primeiro Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido nasceu a partir das provocações das edições anteriores do Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido no sentido de pensar nacionalmente os problemas deste

espaço. Nessa perspectiva, a primeira edição do evento envolveu vários momentos históricos, políticos, econômicos, sociais e ambientais do semiárido, trazendo a trajetória das obras contra as secas, da convivência, as tensões existentes e as possibilidades apontadas pela ciência, e provocando a comunidade acadêmica e setores da sociedade a pensarem expectativas para o semiárido brasileiro. O evento contou com mais de mil participantes, provenientes de 21 estados do País. "A participação do Cemave foi muito importante e proporcionou o contato com diferentes instituições que atuam no semiárido", contou o analista ambiental Elivan Arantes.

Coordenadora recebe premiação

A coordenadora de Tecnologia da Informação, Renata Gomes, recebeu neste mês o prêmio por coordenar a equipe de TI mais parceira da Plataforma de Cidadania Digital e mais engajada na transformação digital. A premiação foi realizada durante a 4ª Semana de Inovação, promovida pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Nove gestores públicos receberam o prêmio de "Transformador Digital" por fazerem a diferença no processo de transformação digital do Governo Federal ao longo de 2018. Um dos projetos do ICMBio que está sendo automatizado pela Plataforma de Cidadania Digital é o de Autorização para o Licenciamento Ambiental, que será disponibilizado em janeiro de 2019. "Outros serviços públicos do ICMBio também

podem ser automatizados. Caso a sua unidade tenha algum serviço público para automatizar, entre em contato com a Cotec", ressaltou Renata. Confira todos os premiados em <https://bit.ly/2S2PWGw>.



Acervo ICMBio



Retrospetiva 2018



Crédito: Acervo ICMBio, Bruno Blmbato, Canindé Soares, Fernando Tatagiba, Helder Pena, Marcus Romero, Rafael Duarte, Ramilla Rodrigues e Rogério Cunha.



O ICMBio em Foco estará de recesso e volta a ser publicado em 2019. Boas Festas!

ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanne Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

Foto da capa

Canindé Soares e Marcus Romero

Colaboradoraram nesta edição

Adriene Coelho – IFPR/Campus Palmas; Ana Carolina Grillo – Cepene; Bruno Contursi Cambraia – Parna dos Campos Amazônicos; Camila Camargo Ataliba – CMA; Camile Lugarini – NGI Juazeiro; Carolina Mângia Marcondes de Moura – ICMBio Trombetas; Emanuel Barreto – Cemave; Fernando P.M. Repinaldo Filho – Parna Marinho dos Abrolhos; Jaqueline Sicupira; Lilian Vieira Miranda – Parna dos Campos Gerais; Luisa Carvalho Correia Lima – CR6; Maria Helena Reinhardt – Flona de Ipanema; Rachel Klaczko Acosta – Comob; Ramilla Rodrigues – DCOM; Renata Gomes – Cotec; Renato Machado – CGGP; Serena Turbay dos Reis – Coest; Sylvia Chada – Esec de Tamoios; Tainah C. S. Guimarães – CBC; Verônica Ferron – CR11; Waldemar Justo do Nascimento Neto – Parna de Sete Cidades; Walter Steenbock – Cepsul.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

